




O PAPEL DA ESCOLA NA SEGURANÇA ALIMENTAR

As instituições escolares representam uma alternativa importante no combate à fome e às inseguranças alimentares e nutricionais para famílias sem condições financeiras

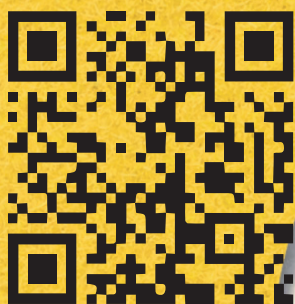


QUEM VAI FAZER A COMIDA 2

COZINHAS SOLIDÁRIAS E A POTÊNCIA NO COMBATE À FOME

**Especialistas
avaliam quais
alimentos são
necessários para
chegar ao objetivo
nutricional**

*Iniciativas na Alece e
projetos desenvolvidos
no Interior do Ceará
são peças-chave no
combate à fome*



Aponte a câmera do celular
para o código, navegue no
portal Opinião e veja este
material e outros conteúdos



ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Opinião
Direto ao ponto
www.opiniaoce.com.br

JULHO DE 2024



EDITORIAL

Combate à fome tem roteiro triste

Os esforços para o combate à fome no mundo tiveram início após o final da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e das suas agências especializadas que lidam diretamente com o problema em diversos países. A guerra, além de matar milhões de pessoas, empobreceu a população mundial.

Como se fosse roteiro de filme, a fome no planeta foi surgindo a cada adesão de países. Impressionou muito a ONU os relatórios das Nações que exibiram dados estarrecedores. Em muitos, mais da metade da população não se alimentava.

O capitalismo está completando 524 anos no Brasil. Ainda é o modelo econômico mais adotado no planeta e como tudo no universo tem seus problemas.

A grande dificuldade do capitalismo é buscar uma saída para distribuir renda, o que seria fundamental no combate à fome. A receita não está pronta, mas estudos apontam para uma urgente revisão na economia global para inserir mais gente nas classes A, B e C, o que reduziria a fome nos países mais pobres.

Antes que o braço das políticas públicas alcance o universo do povo pobre, que não consegue uma alimentação saudável para lhe assegurar os nutrientes necessários à sobrevivência,

programas de distribuição de comida engordam as políticas de combate à fome.

No Ceará, as ações que alimentam quem não têm acesso a um prato de comida mobilizam pessoas caridosas, gente que tem coração humanitário, entidades da sociedade, igrejas de todas as religiões e o mais simples morador de um bairro em qualquer lugar do Estado.

O Programa Ceará Sem Fome, coordenado pela primeira dama do Ceará, Lia de Freitas, e apoiado integralmente pela primeira dama da Alece, Cristiane Leitão, com apoio de todos os parlamentares, fez despertar um sentimento único: a importância da solidariedade.

Doar um pouco do que temos para colocar comida no cardápio dos que se quer podem pedir por estarem distantes dos que possuem o erário, os recursos suficientes para resolver o grave drama dos famintos

Falta comida na vida de muitos. Falta um prato de alimento na casa de milhões. Falta solidariedade em muitos corações, mas o amor fez nascer uma geração de homens e mulheres capazes de estenderem a mão para os que mais precisam.

EXPEDIENTE

GRUPO DE COMUNICAÇÃO OPINIÃO CE
Presidente: ROBERTO MOREIRA
Diretora-geral: ELBA AQUINO
Diretora Comercial: ROSSI DANTAS
Gerente de Projetos em Comunicação e Marketing: JOÃO MAROPO
Editores: DELLANO RIOS, FERNANDA ALVES E RODRIGO RODRIGUES
Administrativo: JÚNIOR SANTOS

QUEM VAI FAZER A COMIDA? 2 - COZINHAS SOLIDÁRIAS
E A POTÊNCIA NO COMBATE À FOME
Edição: DELLANO RIOS E RODRIGO RODRIGUES
Textos: ANTONIO RODRIGUES, FELIPE BARRETO E ADRIELE RIBEIRO
Revisão: LARISSA NÓBREGA
Imagens: NATINHO RODRIGUES E DIVULGAÇÃO
Projeto Gráfico e Diagramação: JOÃO MAROPO
Endereço: Rua Professor Dias da Rocha, 1097B - Bairro: Aldeota.
CEP: 60170-285. Fortaleza-CE
CNPJ: 45.114.358/0001-83 Tel. redação: (85) 3037 9117



O PAPEL DA ESCOLA NA GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As escolas representam uma alternativa no combate à fome e às inseguranças alimentar e nutricional para famílias sem condições financeiras de arcar com os custos

Por Felipe Barreto

No café da manhã, podem ser consumidos pão integral ou carioca com ovos mexidos ou iogurte natural e frutas. O lanche pode conter uma panqueca caseira de banana. No almoço, o tradicional prato brasileiro, com arroz, feijão e frango, além de legumes e verduras. Uma sobremesa, como uma fruta cítrica, também é uma boa escolha. Já no jantar, existem “opções maravilhosas”, como cuscuz com carne moída ou uma tapioca recheada com frango.

O cardápio variado mostra aquilo que é necessário para garantir uma alimentação saudável ao longo de 24 horas. A lista, destrinchada pela nutricionista Yohanna Magalhães Ribeiro, que trabalha com foco no materno-infantil, em entrevista ao OPINIÃO CE, está no centro de uma discussão importante para garantir o combate à fome, à insegurança alimentar e à insegurança nutricional. A conta para isso é clara: o dia a dia para uma alimentação saudável de crianças e adolescentes deve incluir uma variedade de alimentos que garantam a obtenção de todos os nutrientes.

Entretanto, como ressalta a especialista, não são todas as famílias que possuem condições financeiras para suprir essa demanda. Daí a importância das escolas. “Elas não apenas fornecem educação, mas também desempenham esse papel crucial na garantia da segurança alimentar e nutricional das crianças e dos adolescentes”. Há vários métodos para essa contribuição: “Seja com programas de alimentação, merenda escolar, educação nutricional nas salas, círculos de conversa sobre os temas, hortas na escola, acesso à alimentação na comunidade, parceria com agricultores locais, distribuição de alimentos ou com políticas públicas. Tudo isso causa impacto



FOTO: NATINHO RODRIGUES

no desempenho acadêmico”, afirmou.

Yohanna lembra que a alimentação é a base para a criança e o adolescente, já que interfere em fatores que vão além do sistema imunológico e do desenvolvimento físico, como nos aspectos cognitivo e ósseo. O próprio desempenho escolar recebe um impacto negativo se a alimentação não é feita da forma correta. “[Impacta] na questão da concentração, da memória e da função cerebral como um todo, além da energia, porque a criança ou o adolescente que não está bem nutrido não tem energia para se concentrar durante as aulas”.

ALIMENTAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

No Ceará, são disponibilizadas 791.161

refeições diárias pela rede pública de ensino estadual, impactando 402.320 alunos. A rede estadual tem como uma de suas preocupações a garantia da alimentação, para auxiliar no combate à fome e à insegurança alimentar. “Temos todo esse cuidado no trabalho, porque o nosso foco principal é o estudante. A gente tem que alimentar e, preocupados com isso, a gente vem tentando garantir de todas as formas a alimentação escolar conforme a Legislação”, garante Antônia Evilauba Gonçalves da Silva, coordenadora da Coordenadoria de Gestão da Alimentação Escolar (Coale), da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (Seduc).

“A nossa secretária [da Educação], Eliana Estrela, trabalha muito, acompanhando e monitorando para que a gente realmente ve-



na a fazer com que essa política da educação alimentar e nutricional seja efetivada e se concretize”, diz, destacando a importância da efetivação da Lei. Nesse ponto, a coordenadora ressalta a participação do Conselho de Alimentação Escolar do Ceará (CAE/CE), órgão colegiado que fiscaliza o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa federal, no Estado. A entidade monitora desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a prestação de contas dos recursos recebidos.

“A nossa secretária [da Educação], Eliana Estrela, trabalha muito, acompanhando e monitorando para que a gente realmente venha a fazer com que essa política da educação alimentar e nutricional seja efetivada e se concretize”, diz, destacando a importância da efetivação da Lei. Nesse ponto, a coordenadora ressalta a participação do Conselho de Alimentação Escolar do Ceará (CAE/CE), órgão colegiado que fiscaliza o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa federal, no Estado. A entidade monitora desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a prestação de contas dos recursos recebidos.

Visando a garantir a participação efetiva da comunidade escolar na construção dos cardápios, a coordenadora explica que, no início do ano, é realizada uma enquete com os alunos, na qual eles escolhem, entre as preparações ofertadas pela escola, os cardápios que serão disponibilizados. “Aquele que obtiver um valor maior de 80% será ofertada aos estudantes”. Evilauba destaca, ainda, que um percentual mínimo de 30% da alimentação escolar vem da agricultura familiar, segundo determinação da Lei de criação do PNAE.

No Ceará, a previsão do recebimento do valor pelo FNDE para 2024 é de R\$ 76.618.056. No entanto, o repasse federal é insuficiente para atender todas as escolas e seus alunos, conforme a representante. Portanto, o Governo do Estado, por meio do Tesouro Estadual, garante uma complementação de R\$ 197.493.942. Às escolas de tempo parcial, a complementação do Executivo cearense é de R\$ 1,31 por aluno. Já para as instituições de tempo integral, o valor complementar é de R\$ 5,20.

Como explica a coordenadora, o contrato com o valor disponibilizado pelo FNDE é destinado apenas aos gêneros alimentícios, não cobrindo os serviços que devem ser realizados pelas empresas que atendem à política de alimentação escolar. Esse custeio é feito pelo Governo do Estado. O valor per capita disponibilizado pelo Executivo para isso é de R\$ 7,18.

Antes, segundo Evilauba, as escolas recebiam o valor diretamente na conta. O FNDE passava a quantia para o Estado em até 10 parcelas e a Seduc, então, repassava para as contas das escolas. Desde 2015, com a aplicação da Lei Estadual 15.910, o valor é informado por meio do Diário Oficial do Estado (DOE), deixando o processo mais transparente. Até o final de 2023, as unidades escolares realizavam a licitação na modalidade de convite - regulada pela Lei Federal 8.666 e que se tratava de uma pré-seleção dos candidatos que participariam de um determinado processo licitatório. Com a perda da vigência da Legislação, as escolas começaram a trabalhar com a cotação eletrônica, conforme estabelece a também Lei Federal 14.133.

PNAE

A Lei Federal nº 11.947, sancionada em 2009 durante o segundo mandato do presiden-



FOTOS: SEDUC/DIVULGAÇÃO



FOTO: NATINHO RODRIGUES

te Lula (PT) à frente do Palácio do Planalto, criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A iniciativa repassa recursos federais para o atendimento de estudantes matriculados em escolas da educação básica das redes municipal, distrital, estadual e federal, além de em entidades filantrópicas, escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e escolas comunitárias conveniadas com os municípios, estados e o Distrito Federal.

Política do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FMDE), do Ministério da Educação (MEC), o PNAE passou por um reajuste em 2023. Os valores per capita utilizados para o cálculo do valor total a ser repassado às secretarias estaduais de educação e às prefeituras, então, tiveram aumentos em índices que variaram entre 28% e 39%. A ação foi possível por meio de resolução publicada pelo FNDE, em março daquele ano.

Para o cálculo do repasse, o FNDE utiliza os dados do Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento. Com o PNAE, conforme o Governo Federal, cerca de 40 milhões de estudantes são beneficiados.

O valor per capita para cada modalidade escolar, portanto, ficou definido da seguinte forma:

Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI): de R\$ 2,00 para 2,56 **(reajuste de 28%)**;

Creche: de R\$ 1,07 para R\$ 1,37 **(reajuste de 28%)**;

Período Integral: de R\$ 1,07 para R\$ 1,37 **(reajuste de 28%)**;

Educação Básica - Áreas Indígenas e Quilombolas: de R\$ 0,64 para R\$ 0,86 **(reajuste de 35%)**;

Pré-Escola: de R\$ 0,53 para R\$ 0,72 **(reajuste de 35%)**;

Atendimento Educacional Especializado (AEE): de R\$ 0,53 para R\$ 0,68 **(reajuste de 28%)**;

Ensino Fundamental e Ensino Médio tempo parcial: de R\$ 0,36 para R\$ 0,50 **(reajuste de 39%)**;

Educação de Jovens e Adultos (EJA): de R\$ 0,32 para R\$ 0,41 **(reajuste de 28%)**.



Larissa Gaspar
é a presidente
da comissão

FOTO: NATINHO RODRIGUES



ALECE É PRIMEIRA DO BRASIL A TER COMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE À FOME

A Assembleia
Legislativa criou a
Comissão de Proteção
Social e Combate
à Fome quase que
simultaneamente à
instituição do Programa
Ceará Sem Fome, do
Governo do Ceará

Por Felipe Barreto

Visando a auxiliar nas ações de combate à fome, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) criou, em 2023, a Comissão de Proteção Social e Combate à Fome (CPSCF). Com caráter permanente, a comissão passou a integrar o Regimento Interno da Casa no dia 6 de março daquele ano, quando foi publicada a Resolução nº 754 no Diário Oficial do Estado (DOE). Com cinco membros titulares e cinco suplentes, o colegiado procura somar esforços na elaboração de políticas que venham a mitigar a problemática da fome no Ceará. O colegiado consagrou o Legislativo cearense como o primeiro do Brasil a ter uma comissão permanente de combate à fome

À comissão, foram definidas 10 atri-

buições. Além da apreciação e deliberação de matérias legislativas que versem sobre os temas de competência do colegiado, a CPSCF tem como objetivos fiscalizar a execução de programas, projetos e políticas de segurança alimentar e nutricional, buscando fortalecer o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); promover estudos, debates e projetos para a superação de mazelas sociais, como a subnutrição, e incentivar a realização de campanhas e mobilizações populares de combate à fome.

Quando anunciados os integrantes da Comissão, ficou definido que a deputada estadual Larissa Gaspar (PT) seria a presidente e a sua colega parlamentar, Jô Farias (PT), a vice. Além das duas petistas, compõem o colegiado Luana Régia (Cidadania), Lia Gomes (PDT) e Renato Roseno (Psol). São suplentes, ainda, Missias Dias (PT) - Presidência -; Julinho (PT) - Vice-Presidência -; Gabriella Aguiar (PSD), Queiroz Filho (PDT) e Emília Pessoa (PSDB).

Ao OPINIÃO CE, Larissa, que destacou que acompanha a pauta de combate à fome desde que era vereadora de Fortaleza, cargo que exerceu até 2022, afirmou ter recebido “com muita alegria” a missão de presidir a comissão. Ela ressalta que entende a “grande responsabilidade” que é acompanhar a execução de programas inovadores como o Ceará Sem Fome. Segundo ela, o colegiado tem promovido audiências públicas que servem como fórum para ouvir as demandas da população, de especialistas e de organizações não governamentais sobre o tema. Também foram discutidas estratégias de combate à fome e à insegurança alimentar no Estado.

“As visitas técnicas permitiram que os membros da comissão avaliassem in loco as condições de comunidades vulneráveis e os impactos das políticas públicas implementadas”, salientou a parlamentar.

Como pontuou a deputada, a comissão foi criada quase simultaneamente ao lançamento do Ceará Sem Fome, em fevereiro de 2023. No mesmo mês, a Alece doou mais de R\$ 3 milhões em equipamentos para as Cozinhas Comunitárias vinculadas ao programa. A iniciativa foi decorrente da aprovação por unanimidade de um projeto de autoria da Mesa Diretora.

AMPLIAÇÃO

No último mês de junho, em entrevista ao podcast Questão de Opinião, do OPINIÃO CE, a primeira-dama e presidente do Comitê Intersetorial de Governança do Ceará Sem Fome, Lia de Freitas, afirmou que o programa vai passar por uma ampliação no número de beneficiados, em 30%. Larissa falou sobre a ação. “Acredito que essa expansão se trata de um aditivo que aumentará o número de cozinhas, as Unidades Sociais Produtoras de Refeições [USPR], em resposta à grande demanda por segurança alimentar no Estado”. Mesmo com uma produção de mais de 100 mil refeições diárias, ainda há uma “significativa procura” pelo programa.

“A ampliação do número de Cozinhas Comunitárias é vista como uma resposta necessária para atender à demanda da população, garantindo, assim, a segurança alimentar dos mais vulneráveis. Essa medida reforça o compromisso do Ceará Sem Fome em combater a fome e promover melhores condições de vida para aqueles que mais precisam”, completou, evidenciando que a insegurança alimentar é “persistente” e que precisa ser combatida.

**ALIMENTE SONHOS
E FORTALEÇA
COMUNIDADES.
SEJA PROTAGONISTA
NO COMBATE À FOME.**



Em um mundo onde milhões ainda sofrem com a insegurança alimentar, as cozinhas solidárias representam a luz da esperança. Elas são a prova de que, com solidariedade e ação coletiva, podemos enfrentar e superar a fome, construindo uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

**ALECE****ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ**



O PREÇO QUE SE PAGA POR UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Uma alimentação saudável se dá por meio do consumo equilibrado de nutrientes. O OPINIÃO CE conversou com especialistas, que avaliam quais alimentos são necessários para uma dieta balanceada e como a população cearense consegue acessá-los

Por Adriele Ribeiro

Entre questões econômicas e sociais, o cenário do Ceará apresenta fatores que levantam questionamentos sobre o valor nutricional dos alimentos no prato da população. Daí vem a necessidade de identificar quais alimentos são saudáveis, considerando sua quantidade, e quais devem ser evitados na dieta da população. É preciso considerar os impactos negativos que uma alimentação não balanceada pode trazer para a saúde, ocasionando doenças cardiovasculares, obesidade, hipertensão, entre outros males. Assim como os fatores comportamentais, com rotinas que exigem uma alimentação mais rápida, fatores econômicos também contribuem para a falta de uma refeição adequada na vida de pessoas com um menor poder de compra.

Uma alimentação saudável se dá por meio do consumo equilibrado de nutrientes. Entre vitaminas, minerais, proteínas, carboidratos e gorduras saudáveis, existe uma pirâmide alimentar que organiza esses alimentos em grupos, indicando o que deve ser priorizado e em quais quantidades e frequências. A nutricionista Isadora Meneses, em entrevista ao OPINIÃO CE, explica que comer saudável envolve uma série de fatores, que estão interligados com o valor nutricional do que está sendo ingerido e até mesmo com questões emocionais.

“O comer saudável envolve desde fatores nutricionais a fatores emocionais, ou seja, comer saudável implica comer alimentos ricos em macro e micronutrientes, limitar alimentos

processados e evitar alimentos ultraprocessados. Uma alimentação saudável também implica nos alimentarmos, em momentos pontuais, de alimentos que nos trazem bons sentimentos e nos alimentarmos em confraternizações com amigos, família, em um ambiente saudável”, pontua a nutricionista.

A profissional destaca, ainda, que as pessoas devem estar atentas aos sinais do corpo, como a fome e a saciedade, além de seguir as quantidades de alimentos recomendadas conforme a faixa etária de cada indivíduo. Avaliando a sociedade atual, ela afirma que existe uma perda nutricional decorrente do estilo de vida moderno. “O ritmo de vida acelerado tem sido um dos principais fatores para que a população aumente consideravelmente o consumo de fast foods. Aliado a isso, o crescimento da indústria alimentícia, fornecendo alimentos ultraprocessados e de alta palatabilidade, tem incentivado ainda mais o consumo destes”, afirma a especialista.

ALIMENTAÇÃO DOS BRASILEIROS

Pesquisa divulgada em maio deste ano pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e pela Universidade do Rio de Janeiro (Uerj) revela que, de 2008 a 2018, houve uma expressiva mudança de hábitos entre os brasileiros. O levantamento aponta o aumento do consumo de fast foods e a diminuição de alimentos considerados saudáveis, como frutas, café, chá e peixes, além do arroz e do feijão - dois dos principais alimentos nutritivos.

O psiquiatra e coordenador do Centro de Tratamento de Transtornos Alimentares e Obesidade (Cetrata), Fábio Gomes, afirma que existe uma realidade, que vem crescendo, em que as pessoas preferem alimentos ultraprocessados, como refrigerantes e doces. Ele aponta que as consequências desse hábito são o surgimento de doenças como obesidade, doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, hemiplegia, desnutrição proteica calórica, síndrome metabólica, inflamações gastrointestinais e alguns tipos de câncer. Conforme o especialista, o ideal é manter o peso dentro da eutrofia, ou seja, em um estado nutricional adequado, e se alimentar das comidas presentes na pirâmide alimentar, evitando alimentos que não são nutritivos.

“Evitar essas comidas muito salgadas, evitar essas coisas empacotadas, essas coisas que estejam nas prateleiras do supermercado. Isso vai fazer você ter uma alimentação saudável a um preço que seja razoável. Então, fazer essas substituições tem um custo para a saúde. A gente deve, cada vez mais, valorizar as comidas não processadas, as comidas locais, frutas e verduras, as proteínas que a gente tem disponíveis, que são o frango, o peixe e o ovo, por exemplo”, indica o psiquiatra Fábio Gomes.



QUANTO CUSTA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL?

Além de fatores comportamentais, existe um alto índice de pessoas no Estado que ainda vivem em extrema pobreza e, por isso, não conseguem ter acesso a alimentos saudáveis de forma adequada. A situação vem apresentando relativa melhora, mas ainda requer atenção. Entre 2021 e 2023, por exemplo, 600 mil pessoas no Ceará saíram da condição de extrema pobreza. Mesmo com uma queda de 40,6% no índice entre os dois anos, o Estado registrou a menor baixa percentual entre as nove UF's do Nordeste. Os dados foram divulgados pela Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

Conforme o Ipece, na comparação entre áreas geográficas do Ceará, foi possível verificar uma tendência de crescimento quase contínuo da extrema pobreza na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Entre 2021 e 2023, o número de pessoas nessa situação cresceu 14,6% na RMF, enquanto caiu 53,3% no Interior do Estado, com reduções de 55,1% no interior rural e 50,9% no interior urbano. Somente em 2023, o número de extremamente pobres na RMF cresceu 23,4%, significando um aumento de quase 60 mil pessoas.

A economista e professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC) é a autora do texto.

FOTOS: NATINHO RODRIGUES



mento de Economia no campus Sobral da Universidade Federal do Ceará (UFC), Lilian Lopes, relaciona a queda de pessoas em extrema pobreza aos programas de assistência do Governo, como o Bolsa Família, resgatado pelo presidente Lula (PT) em março de 2023. Isso possibilita a transferência de renda a pessoas que não possuem poder de compra. Citando também o Programa de Aquisição de Alimentos e as Cozinhas Comunitárias, a especialista afirma que as medidas de garantia de alimentação voltadas a pessoas em vulnerabilidade econômica auxiliam no acesso aos alimentos saudáveis com baixo custo ou nenhum. Somando a intervenção governamental, Lilian defende a criação de políticas de geração de renda que possibilitem à pessoa custear uma alimentação adequada.

“O Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal parece ser uma boa medida para que os brasileiros em situação de vulnerabilidade econômica possam acessar alimentos saudáveis a baixo ou a nenhum custo. Esse programa, além de garantir alimentos à população de baixa renda, garante renda ao pequeno produtor. Outras medidas já vêm sendo executadas, como o caso das Cozinhas Comunitárias do Governo do Ceará. Concomitante a isso, políticas de geração de trabalho e renda são imprescindíveis para que os mais pobres possam custear, eles mesmos, uma alimentação saudável, além de suprirem necessidades básicas da vida cotidiana”, destaca a economista.

CESTA BÁSICA

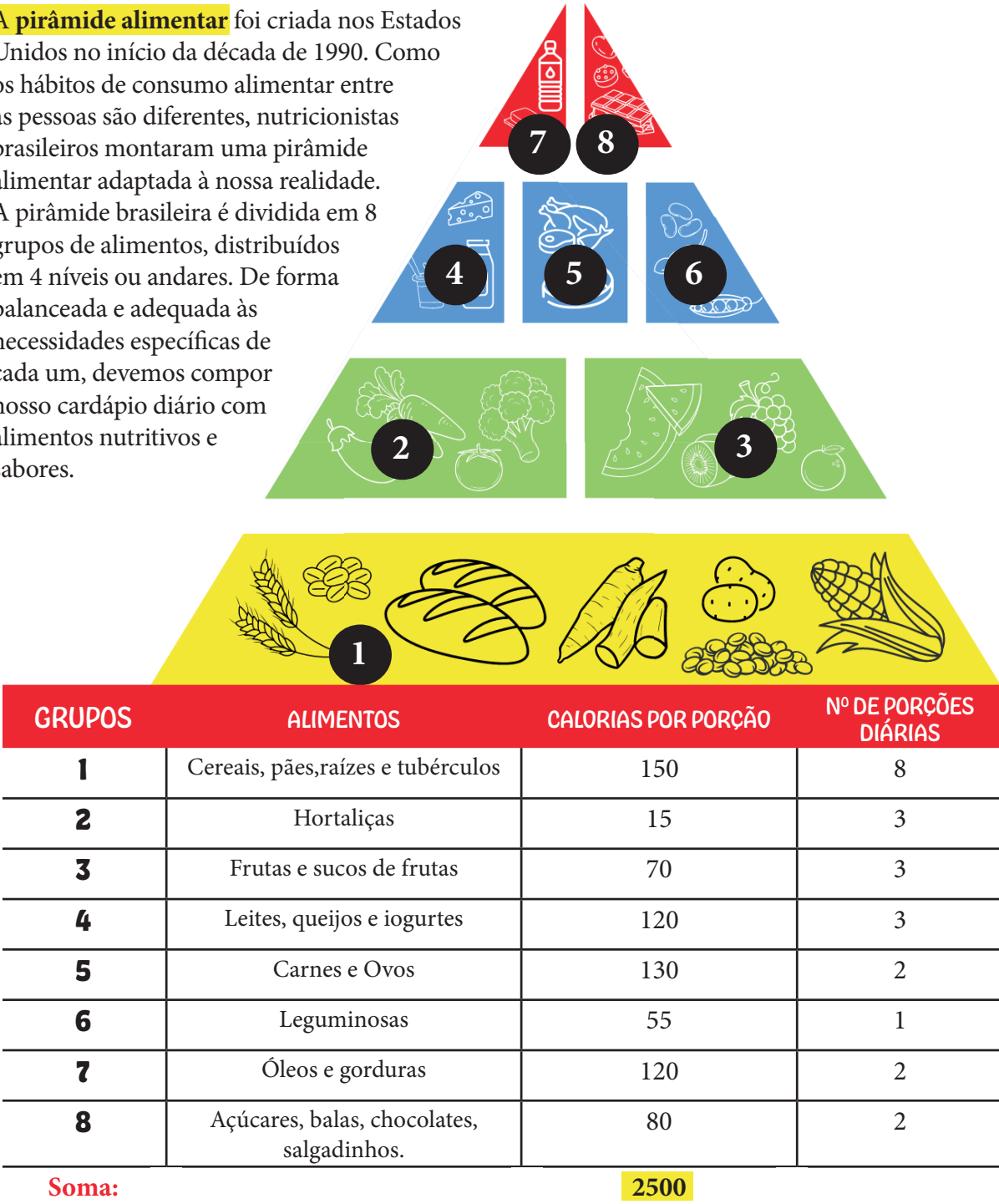
A Cesta Básica do Ceará, que atualmente está custando R\$ 663,22, registrou uma queda de 1,38% no Índice de Preços da Ceasa Ceará (IPCE), no comparativo entre julho de 2023 e o sétimo mês deste ano, como mostram os estudos elaborados pelo Núcleo de Economia e Estatística (Nuece) e pelo Sistema de Informação de Mercado Agrícola (Sima). A pesquisa calculou a variação de preços nos cinco principais setores de comercialização da central de abastecimento do Estado, incluindo cerca de 70 alimentos. Apesar de apresentar menores preços, conforme a avaliação da economista, o valor da cesta ainda não é acessível para pessoas mais pobres, já que é necessário dividir os gastos com outras necessidades.

“É um valor alto dada a renda média do cearense. Considerando que, em média, o cearense recebe cerca de R\$ 1.800 por mês, mais de um terço dessa renda é destinada à aquisição de alimentos básicos, o que é um valor elevado porque outras necessidades básicas também precisam ser atendidas, como vestuário, transporte, saúde e habitação. Se considerarmos as famílias pobres que dependem exclusivamente do Bolsa Família, o valor da cesta básica é claramente inacessível”, pondera a especialista.

COMIDA SAUDÁVEL

Uma das principais bandeiras do Governo do Estado na atual gestão, o programa Ceará Sem Fome oferece uma alimentação de qualidade a pessoas em situação de vulnerabilidade social. A política pública reúne 15 secretarias do Estado, formando o Comitê Intersectorial de Governança do Ceará Sem Fome, que conta com

A **pirâmide alimentar** foi criada nos Estados Unidos no início da década de 1990. Como os hábitos de consumo alimentar entre as pessoas são diferentes, nutricionistas brasileiros montaram uma pirâmide alimentar adaptada à nossa realidade. A pirâmide brasileira é dividida em 8 grupos de alimentos, distribuídos em 4 níveis ou andares. De forma balanceada e adequada às necessidades específicas de cada um, devemos compor nosso cardápio diário com alimentos nutritivos e sabores.





CONVIVER COM O SEMIÁRIDO É COMBATER

A FOME

Experiência desenvolvida pela Cáritas de Sobral garantiu soberania alimentar e econômica para dezenas de famílias na Zona Norte

Por Antonio Rodrigues

A superação da fome não passa só pela entrega de alimentos, mas pela garantia da soberania da população. É nesse contexto que a Cáritas Diocesana de Sobral, desde o final do último século, vem trabalhando, a partir da convivência no semiárido, uma lição que só veio a ser aprendida e absorvida na primeira década dos anos 2000. A noção de “combate à seca” perdurou — e ainda perdura — em políticas públicas, enquanto o sertanejo já enxergava, do seu jeito, a importância de adaptar-se às irregularidades das chuvas e, consequentemente, à escassez hídrica.

O trabalho de ação social e comunitária na região Norte do Ceará começou em 1997, período de grande seca no Estado. A partir daquele ano, a Cáritas de Sobral deu início ao Programa de Convivência com o Semiárido (PCSA), que, além da assistência às famílias, com doação de cestas básicas, avançou no desejo de garantir a segurança hídrica. Com isso, esteve no projeto-piloto da construção de cisternas de placa, algo que ainda engatinhava no Brasil.

“Ter alimento passa pela condição de ter água para a família, para consumo humano e produção”, enxerga Zé Maria Gomes Vasconcelos, coordenador-geral da Cáritas de Sobral. A princípio, a entidade atuou em regiões mais vulneráveis de Santana do Acaraú e de Sobral. Com a criação do Programa Cisternas e a parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), passa a trabalhar com as cisternas para consumo humano, de 52 mil litros, para a produção de alimentos e criação de pequenos animais, semente de projetos alternativos comunitários anteriores, que envolviam aves, caprinos e ovinos, que surgiram a partir de 2000.

Com a perspectiva de as famílias garantirem alimento de qualidade, aproveitando o



FOTO: IVO SOUSA PARA CÁRITAS CEARÁ/DIVULGAÇÃO

potencial e o aspecto de armazenar e selecionar suas sementes, a entidade deu início ao Programa Casas de Sementes Comunitárias. “São locais onde as famílias se reúnem, fazem um roçado comunitário, produzem as sementes, que são selecionadas e armazenadas para serem reproduzidas no ano seguinte. Os grãos que não servem para reprodução comercializam ou se tornam alimento para animais”, descreve Zé Maria.

A ação se fortaleceu com a articulação e apoio de Casas de Sementes e da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) para manutenção e gestão dos equipamentos, formações sobre sementes crioulas, manejos, agroecologia e incidência nas políticas públicas de segurança e soberania alimentar e nutricional. Ao todo, são 80 casas de sementes comunitárias, com 2.400 famílias sócias, que produzem, selecionam e armazenam as sementes crioulas.

A partir de toda essa estrutura, os grupos produtivos começaram a produzir e criar as suas feiras, que mantêm-se em funcionamento em vários municípios, como Morrinhos, Forquilha, Massapê, Santana do Acaraú e Sobral. Além disso, foi criada a feira virtual e itinerante, que dispõem de vários produtos da agricultura familiar, como cheiro verde, batata, macaxeira, doces e bolos.

COMBATE À FOME

A Campanha da Fraternidade 2023 trouxe “Fraternidade e Fome” como tema. Ela foi o pontapé para a Cáritas Diocesana de Sobral

criar um espaço de acolhimento para as famílias em situação de rua. Hoje, o local atende 70 pessoas, com café da manhã. Além disso, dispõe de área para higiene e para lavar roupas. O trabalho começou em 2022, mas se concretizou em março de 2024.

Paralelo a isso, a entidade se tornou uma unidade gestora do programa Ceará Sem Fome, coordenando o trabalho de 37 Cozinhas Comunitárias nos municípios de Sobral, Groaíras, Forquilha, Alcântaras, Massapê, Santana do Acaraú e Senador Sá. Ao todo, são ofertadas quase 6 mil refeições diárias para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. “Hoje, estamos avançando em duas frentes: a primeira, de favorecer a geração de renda local, dando preferência à compra de insumos no comércio dos próprios municípios. A outra, foi inserir as cooperativas de agricultores e agricultoras familiares”, detalha Zé Maria.

A Cáritas possibilitou que parte do recurso do programa estadual, cerca de R\$ 60 mil, seja utilizado para a compra de itens como cenoura, beterraba, feijão e macaxeira, frutos da agricultura familiar. A agricultora Cleide Pereira, de Forquilha, é uma das beneficiadas. “No Ceará Sem Fome estamos fornecendo o jerimum, que já é uma ajuda”, celebra. Sua família foi uma das primeiras a serem beneficiadas com as cisternas, em 2002, o que mudou sua qualidade de vida. “Tudo o que a gente tem hoje é diferente do que aquilo que a gente tinha”, reconhece.



FOTO: ABEMAVI ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DO CARIRI REALIZA AÇÕES DE COMBATE À FOME COM POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

O público LGBTQIAPN+, em especial pessoas trans, está no grupo com maior vulnerabilidade social no País

Por Antonio Rodrigues

Em 2023, o Brasil foi, pelo 14º ano consecutivo, o país que mais matou pessoas trans e travestis no mundo, tendo registrado 155 mortes — 145 sendo casos de assassinatos e 10 em consequência de suicídio após sofrimento por invisibilidade ou violência. Os dados são da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), divulgados em janeiro.

Enquanto isso, as oportunidades de emprego oferecidas para profissionais transgênero caíram 57%, em 2023, em comparação com o ano anterior, como apontou o levantamento sobre empregabilidade divulgado pela plataforma TransEmpregos. É por isso que a Associação Beneficente Madre Maria Villac (ABEMAVI), criada em 2009, na cidade de Juazeiro do Norte, dá especial atenção a esse público nas ações de superação da fome. “No nosso estatuto, já colocamos a proposta de trabalhar com a população LGBTQIAPN+ e, desde 2011, nos aproximamos com ações mais pontuais”, explica um dos coor-

denadores da entidade, Ronildo Oliveira.

A ABEMAVI deu início ao seu trabalho no combate à fome distribuindo um sopão, uma vez por semana, às famílias em vulnerabilidade social do bairro Aeroporto e aos catadores de materiais recicláveis que viviam no lixão de Juazeiro do Norte. “Aí a gente viu que era pouco. Eram muitas pessoas precisando e só uma vez por semana não era suficiente, mas a gente fazia o que conseguia. Tudo a partir de doação”, lembra Ronildo.

Para ampliar a ação social, a organização começou a entregar cestas básicas e, atualmente, mantém a atividade com uma média de 80 entregas mensais. Com o passar dos anos, a ABEMAVI focou suas ações em grupos com maior vulnerabilidade. Além da população LGBTQIAPN+, passou a contemplar mães solo, pessoas vivendo com HIV/Aids e idosos com a renda comprometida. “O Serviço Social faz a triagem”, ressalta o coordenador. Cada cesta tem cerca de 15 quilos de alimentos.

AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES

A pandemia de covid-19 mudou o cenário e evidenciou a desigualdade social, ampliando o número de famílias em vulnerabilidade social na Região do Cariri. Com isso, a instituição passou a fazer a entrega de refeições, conseguindo contemplar, diariamente, 120 pessoas. “Com o fim da pandemia, pensamos que iria parar, mas as pessoas continuaram vulneráveis, desempregadas, mães com crianças em casa”, revela Ronildo.


Com doações, o trabalho seguiu, am-

pliando o olhar para a população em situação de rua. Hoje, são entregues 100 refeições por dia, pela manhã. Além disso, os voluntários da ABEMAVI percorrem, semanalmente, das 18h às 21h, na segunda-feira, o Centro de Juazeiro do Norte, entregando comida, roupas e kits de higiene, por exemplo. A instituição está incluída nos programas Ceará Sem Fome e Mais Nutrição, que ajudam a estruturar melhor o trabalho, apesar de a grande maioria ser de voluntários. “Antes, a gente tinha maior dificuldade, precisava sair, literalmente, todos os dias para pedir doação e comprar os insumos. Hoje, com essa parceria, melhorou muito”, comemora.

CASA DA DIVERSIDADE

Fruto do trabalho da ABEMAVI, em parceria com a Associação Caririense de Luta contra a Aids, nasceu, em 2022, a Casa da Diversidade Cristiane Lima, ampliando a atuação para além da segurança alimentar. Lá, a população LGBTQIAPN+ recebe atendimento psicossocial e serviços de saúde e na área jurídica. Atualmente, cerca de 220 pessoas são acolhidas. “Foi um marco histórico dentro do terceiro setor”, define a assistente social Brendha Vlasack.

Além dos serviços, a Casa da Diversidade promove debates com grupos que variam de 10 a 15 pessoas. Entre as pautas, estão desde o empoderamento à saúde e bem-estar. A organização consegue, ainda, por meio de parceria, bolsas de Ensino Superior para pessoas trans e não-binárias. “O trabalho é fundamental porque o tamanho da vulnerabilidade social dessas pessoas no Cariri é muito grande”, acredita Ronildo.

Juntos, podemos
transformar excedentes
em refeições, reduzir o
desperdício e **ajudar a**
quem mais precisa. 



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

